



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

**LEI Nº. 646/2017**

**De: 08 de Agosto de 2017.**

“Altera dispositivos contidos na Lei Municipal nº 260/2009 de 25 de Agosto de 2009, que regulamenta no município de Porto dos Gaúchos MT, o tratamento diferenciado às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e dá outras providências”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MT, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan,** faz saber que a Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** Os artigos abaixo indicados contidos na Lei Municipal nº 260/2009 de 25 de Agosto de 2009, que regulamenta no município de Porto dos Gaúchos MT, o tratamento diferenciado às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14 de Dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

## **CAPÍTULO VII DO ACESSO AOS MERCADOS SEÇÃO ÚNICA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS**

**Art. 32.** Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Município de Porto dos Gaúchos será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e o microempreendedor individual – MEI objetivando:

- I. A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- II. A ampliação da eficiência das políticas públicas; e,
- III. O incentivo à inovação tecnológica.

**Art. 33.** Para o cumprimento do disposto nesta lei a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações, em especial àquelas constantes dos artigos 42 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e a microempreendedores individual, especialmente:

- I. Comprovação da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato;
- II. Preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
- III. Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

- IV. Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- V. Em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deverá haver cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individual.

**§ 1º** Os processos licitatórios exclusivos para aquisição de bens e serviços de natureza divisíveis previstos no inciso III do “caput” deste artigo e as cotas de até 25% previstas no inciso V do “caput” deste artigo, poderão ser destinados unicamente às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas no município de Porto dos Gaúchos – MT, capazes de cumprir com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais regionais, assim entendidas como aquelas sediadas nos municípios de Juara – MT, Novo Horizonte do Norte – MT e Tabaporã – MT.

**§ 2º** Na realização de processos licitatórios exclusivos poderão ser empregadas quaisquer das modalidades de licitação.

**§ 3º** A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte local ou regional é requisito de habilitação nos processos licitatórios exclusivos previstos no inciso III deste artigo e nas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) previstas no inciso V, quando aplicado o disposto do § 1º.

**Art. 34.** Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º desta lei e no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, os benefícios referidos nesta lei deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

- I. A prioridade será para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais sediadas no Município de Porto dos Gaúchos – MT;
- II. Não tendo microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas no Município de Porto dos Gaúchos – MT, cuja proposta esteja no limite de 10% (dez por cento) previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas nos municípios de Juara – MT, Novo Horizonte do Norte – MT e Tabaporã – MT.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

**§ 1º** A prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais sediadas local ou regionalmente a que se refere o “caput”, tem como justificativa:

- I. O desenvolvimento econômico promovido pela variação positiva da capacidade produtiva da economia com elevação do produto interno bruto, aliadas às variações positivas relacionadas com ascensão da qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do município e da região, com melhoras dos indicadores sociais relacionados ao índice de desenvolvimento humano – IDH;
- II. Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuição das riquezas do município e da região;
- III. Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;
- IV. Priorizar as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais sediadas local ou regionalmente, aumentando a competitividade delas, contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais.

**Art. 35.** Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

**§ 1º** Para os efeitos deste artigo:

- I. Poderá ser utilizada a licitação por item;
- II. Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

**§ 2º** Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no “caput”, em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

**Art. 36.** Na habilitação em licitações, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individual, deverão apresentar a documentação



exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**§ 1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º** A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**Art. 37.** Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços em que houver exigência de subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte deve ser dada preferência às sediadas no município de Porto dos Gaúchos – MT, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas às estabelecidas na região.

**§ 1º** É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

**§ 2º** O disposto no “caput” não é aplicável quando:

- I. O proponente já for microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;
- II. A subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- III. A proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 38.** Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

- I. O edital de licitação estabelecerá que as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região;
- II. Deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

---

- III. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- IV. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

**Art. 39.** As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei no 8.666, de 21/06/1993 e atualizada pela Lei Municipal 538/2014, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual local, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individual regional.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT, em 08 de Agosto de 2017.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**  
**Prefeito Municipal**